

Internet como expressão e extensão do espaço público

Internet as an expression and extension of public space

■ RAÚL TREJO DELARBRE *

RESUMO

A Internet é, ao mesmo tempo, parte do espaço público e parte da esfera pública, vista nos termos de Habermas. Nas páginas da web e outros espaços da Rede das redes, há um intenso e aberto processo de socialização política e ideológica. Simultaneamente, há ainda limitações consideráveis à proeminente contribuição da Internet nas deliberações sobre questões públicas.

Palavras-chave: Internet, espaço público, socialização

ABSTRACT

Internet is, at the same time, a part of the public space and a part of the public sphere, understood in terms defined by Habermas. In web sites and other spaces of the Network of networks, there is an intense and open political and ideological socialization process. Simultaneously, there are still important limitations to the prominent contribution of the Internet in the public affairs's deliberation.

Keywords: Internet, public space, socialization

* Jornalista, mestre em estudos latino-americanos e doutor em sociologia, é pesquisador no Instituto de Pesquisas Sociais da UNAM.

D

Colocando poesia na Rede

*Uma estupenda oportunidade
para a comunidade de poetas aficionados
disponibilizar poemas na rede
sentir que são celebridade*

*Nada mais pensa,
nossos pensamentos são lidos
por pessoas a quilômetros de distância
as quais nunca veremos
das quais nunca saberemos*

*Velhos e experientes
Jovens e entusiasmados
Gente de todo o mundo
de muitos contextos, de vários aspectos
compartilharão sua palavra
Podemos ter rápida retroalimentação
que não teríamos se estivéssemos sozinhos*

*Quando escrevemos, não sabemos
como responder à pergunta
“É um poema?”, Sim ou não!
Mas quando os divulgamos, se são escolhidos,
estamos certos de que muita gente especializada
irá lê-los e preferi-los,
esse pensamento entusiasma o coração*

*Não temos que escrever uma e mais outra vez
para enviar esses poemas
às pessoas próximas e queridas
mas simplesmente dizer-lhes
que procurem na Rede*

*Podemos aprender a linguagem, o estilo,
o ritmo e os esquemas de ideias
de outros versos
para ativar nossos sentidos.*

*Uma estupenda oportunidade
para a comunidade de poetas aficionados
colocar poemas na rede
sentir que são celebridade.*

PRASANTHI UPPALAPATI¹

1. Tradução livre, de “Web Posting the Poetry”. Versão original disponível em: <<http://www.authorsden.com/visit/viewPoetry>.

A AUTORA DESSES VERSOS é Prasanthi Uppalapati, uma moça hindu que tinha 22 anos quando os divulgou em um *site* de poesia em março de 2002. Naquela época, era graduada em Computação e como passatempo escrevia poemas em telegu (a língua de sua mãe, que é falada no sul da Índia), em hindi, que é o idioma nacional de seu país, e em inglês. “Meu propósito principal ao colocar meu trabalho aqui é formar um grupo e criar um sentido de *Vashudhaika Kutumbam* (família global)” dizia então (Uppalapati, 2002).

Cinco anos depois, Prashanthi, que vive no distrito de Andhra Pradesh, na Índia, administrava uma lista de discussão *on-line* destinada a “promover o espírito de serviço dos cidadãos”².

O *site* onde Prasanthi colocou esse e vários outros poemas é visitado por milhares de leitores e autores, especialmente estadunidenses. São aficionados pela poesia, no geral mais interessados na promoção que na perfeição que possam atingir seus textos. As contribuições que são encontradas ali abordam os temas mais variados. Em novembro de 2008, os poemas especificamente relacionados com Internet eram pelo menos 150.

A esta altura do desenvolvimento da Rede, já não é surpreendente que uma jovem do sul da Índia divulgue seus versos por esse meio, nem que graças a esse mesmo recurso articule uma comunidade de muitas dezenas de pessoas, de diversos lugares do planeta, que compartilham com ela alguns interesses. Tampouco causa assombro o interesse de milhões de autores de todos os gêneros literários que encontraram na Internet não só um espaço de publicação, como, além disso, de interação. É difícil saber até que ponto os critérios de qualidade literária foram modificados com a profusão de *sites* para a divulgação desses trabalhos. Mas, sem dúvida, a possibilidade de difundi-los e, somada a ela, a de conversar a distância com pessoas com as quais, de outra maneira, muito provavelmente jamais teriam tido qualquer relacionamento, transformou os parâmetros espaciais, os horizontes pessoais, a concepção que têm de seu entorno e do mundo, assim como a capacidade para socializar centenas de milhões de usuários da Internet³. Para muitos desses internautas, a Rede é hoje parte de suas experiências cotidianas e nela dispõem de novas opções para estabelecer, expandir e/ou diversificar seus vínculos sociais.

A REDE, AMPLO TERRITÓRIO DE INTERCÂMBIO E SOCIALIZAÇÃO

Embora o acesso a ela seja limitado por exigências materiais e culturais evidentes (para navegar na Rede é preciso dispor de computador, de conexão e de certo conhecimento técnico), pode-se considerar que a Internet é uma coleção de espaços, por definição, «abertos» à averiguação e, em muitos casos, à participação de quem a eles se assomam. A contemplação dos conteúdos colocados ali por

2. <<http://groups.yahoo.com/group/tomakeadifference/>>. Esta página *web* confirma a globalização das preocupações e dos acessos que a Rede torna possível quando, na sua página inicial, relata uma anedota que aconteceu com um amigo da jovem Prasanthi enquanto visitava uma praia mexicana.

3. No final de 2008, os usuários da Rede em todo o mundo estavam chegando aos 1,5 bilhão, que representariam 22% dos cerca de 6,7 bilhões de pessoas que nesta data habitavam o planeta. (Internet World Stats.)

D

Internet como expressão e extensão do espaço público

outros usuários continua sendo muito superior ao exercício de uma autêntica comunicação que, como afirmaram os fundadores do estudo desta disciplina, implicaria intercâmbio de mensagens de ida e de volta, de tal maneira que os receptores fossem também receptores de seus próprios conteúdos.

Constatada essa insuficiência, hoje em dia é possível reconhecer pelo menos dois âmbitos na capacidade comunicacional e/ou informacional da Internet. Por um lado, a Rede está presente por si mesma na socialização de mensagens dos mais diversos assuntos: notícias e conhecimentos e, como todos sabemos, também futilidades e trivialidades. Por outro lado, a Internet propaga e armazena os conteúdos divulgados por outros meios: a imprensa escrita e, cada vez mais, o rádio e a televisão utilizam a Rede na busca de novos espaços para os materiais divulgados também da maneira convencional.

Regulada por regras do mercado, na Internet, têm mais peso os conteúdos e *sites* das corporações comunicacionais, ou das instituições com mais recursos para projetos e divulgação que os conteúdos disponibilizados por cidadãos sem respaldo corporativo ou institucional. Porém, é cada vez mais frequente ganharem destaque textos, argumentos, imagens ou cenas difundidas por pequenos grupos ou por indivíduos que, de outra maneira, permaneceriam isolados e, inclusive, em silêncio. Essa possibilidade ratifica a abertura da Internet, à qual têm acesso para divulgar conteúdos, não somente os especialistas com um conhecimento ou uma opinião específica, mas qualquer um dos usuários da Rede.

Essa abertura propiciou, e permitiu até agora, que se propague uma gama de «cidadanias» do universo das redes. Além de inclusões nacionais, institucionais, ou até mesmo políticas ou gremiais, mas sem prescindir delas, os usuários da Internet navegam, divagam, encontram e, à vezes, debatem, compartilham e socializam com tanta assiduidade e de maneira tão notória que as redes informáticas já são reconhecidas como parte do espaço público contemporâneo. Essa é a opinião de autores como os professores Jean Camp e Y.T. Chien, da Universidade Harvard:

O papel da Internet como espaço público para cada cidadão (contra um espaço somente para profissionais, por exemplo) está sendo moldado por duas características aparentemente contraditórias: a Internet é, ao mesmo tempo, onipresente e pessoal. O ciberespaço, diferentemente dos meios de caráter tradicional (radiodifusão, telefonias, indústria editorial, distribuição) e os tradicionais espaços públicos no mundo físico (o Centro de Boston, o Aeroporto Logan, a biblioteca metropolitana, a estação do trem etc.) permitem que a cidadania encontre novas formas para interagir econômica, política e socialmente (Camp & Chien: 2000).

INTERNET, ESPAÇO E ESFERA PÚBLICOS NO PENSAMENTO DE HABERMAS

Sem ter alcançado a propagação que têm a televisão e o rádio entre as maiorias da nossa sociedade e possivelmente sem ter ainda a influência que a imprensa mantém no intercâmbio e, ocasionalmente, na deliberação diante das elites, a Internet pode ser reconhecida como meio de comunicação com características específicas. Não há dúvidas de que ela faz parte do espaço público. O que não está totalmente claro é até que ponto a Rede das redes é integrante da «esfera pública», de acordo com a conhecida distinção de Jürgen Habermas.

Ao trazer para a discussão o conceito de “espaço público virtual”, o antropólogo brasileiro Gustavo Lins Ribeiro recupera a seguinte reflexão do próprio Habermas:

Em sociedades complexas, a esfera pública forma uma estrutura intermediária que faz a mediação entre o sistema político, de um lado, e os setores privados do mundo cotidiano e sistemas de ação especializados em termos de funções, de outro lado. Ela representa uma rede supercomplexa que se ramifica espacialmente em um sem número de arenas internacionais, nacionais, regionais, comunais e subculturais, que se sobrepõem umas às outras; essa rede articula-se objetivamente de acordo com pontos de vista funcionais, temas, círculos políticos etc., assumindo a forma de esferas públicas mais ou menos especializadas, mas ainda acessíveis a um público de leigos (por exemplo, em esferas públicas literárias, eclesíásticas, artísticas, feministas ou, mesmo, esferas públicas «alternativas» da política de saúde, da ciência e de outras áreas); além disso, ela é diferenciada por níveis, de acordo com a densidade da comunicação, da complexidade organizacional e do alcance, formando três tipos de esferas públicas: esfera pública «episódica» (bares, cafés, encontros na rua), esfera pública de «presença organizada» (encontros de pais, público que frequenta o teatro, concertos de rock, reuniões de partidos ou congressos de igrejas) e a esfera pública «abstrata», produzida pelos meios (leitores, ouvintes e espectadores singulares e dispersos globalmente). Apesar dessas diferenciações, as esferas públicas parciais, construídas por meio da linguagem comum ordinária, são porosas, o que permite uma ligação entre elas (Habermas, apud Ribeiro, 2005:)

Não deixa de ser significativa a maneira como, nesse texto, Habermas enfrenta a definição de esfera pública, entendendo-a como mediadora entre a política e outros âmbitos e, por sua vez, empregando o símile de uma rede para descrevê-la. Os incontáveis cenários e locais de encontro virtual além dos limites geográficos e políticos, a interrelação de temas e enfoques, a convergência de opiniões especializadas, mesmo daqueles que não têm conhecimento de

D

Internet como expressão e extensão do espaço público

especialista, e inclusive a existência de espaços para debater, examinar assuntos específicos e saber das notícias, poderiam constituir uma resenha de algumas das funções e da própria organização da Internet. Certamente, Habermas não pensava na Rede das redes de informática quando, em meados da década passada, formulou essa explicação; mas ela cabe como se tivesse sido feita sob medida para a Internet que temos agora.

Na leitura desse pensador alemão, é preciso fazer a distinção entre a «esfera pública» como o território de interrelações de qualidade na qual se pode articular a deliberação capaz de criar opinião pública – ou seja, intercâmbio, discussão, argumentação – e o «espaço público» como um âmbito mais amplo e que não necessariamente é dominado pelo debate racional. Esta precisão, aplicada à Internet, foi desenvolvida pela pesquisadora Zizi Papacharissi, da Universidade Temple na Filadélfia:

Deveria ficar claro que um novo espaço público não é sinônimo de uma nova esfera pública. Como espaço público, a Internet proporciona outro foro para a reflexão política. Como esfera pública, a Internet poderia facilitar a discussão que promova um intercâmbio democrático de idéias e opiniões. Um espaço virtual incrementa a discussão; uma esfera virtual incrementa a democracia (Papacharissi, 2002: 11).

Podemos falar, assim, de um espaço público repleto de realidades cruas e que no mundo contemporâneo são fundamentais, embora não exclusivamente, ocupado pelos meios massivos de comunicação. A televisão e o rádio, e em menor proporção, a imprensa escrita, absorveram a atenção, a informação e o imaginário do público nas sociedades contemporâneas. Com frequência, diz-se, para sublinhar tanto a dependência com relação a esses meios como a natureza preponderante em seus conteúdos, que seus espectadores, mais do que cidadãos, são transformados em consumidores diante deles. A Internet foi incorporada ao elenco midiático, mas com diferenças substanciais com relação àquelas vias de comunicação convencionais. A relevância que a Internet pode alcançar na solidificação de uma autêntica esfera pública fica clara ao lembrar o efeito civilizatório que o autor do conceito atribui a esse território de racionalidade e intercâmbio na construção da democracia. A saúde da esfera pública é definidora da estabilidade das sociedades e da solidez ou não de seus sistemas políticos. Diferentemente das sociedades antigas, reduzidas a pequenas comunidades ou onde somente uma parcela mínima dos cidadãos tinha oportunidade de opinar e influenciar nos assuntos públicos, hoje nossas sociedades de massa prescindem da existência de modos de representação, mas também de expressão, argumentação e divulgação que necessariamente incluem, de maneira preponderante, os meios de comunicação. Sem eles, as

peças não tomam conhecimento dos assuntos públicos; isto é, não podem exercer uma autêntica cidadania. Porém, devidos a eles, ao mesmo tempo, a cidadania contemporânea costuma ser limitada porque os meios habitualmente são orientados por interesses tão parciais que, longe de constituir territórios de socialização e deliberação, atuam como poderes antagônicos à democracia.

Daí alguns dos apontamentos que o próprio Habermas apresenta quando se refere às contradições entre uma esfera pública sólida e a situação contemporânea. Em um discurso que fez em Tóquio em 2004, o autor de *Teoria da Ação Comunicativa* explicava de que maneira criou esse conceito e alguns de seus alcances:

Como conseqüência, minha atenção teórica foi enfocada na esfera pública política. No misterioso poder da intersubjetividade, sua habilidade para unir o díspar sem eliminar as diferenças entre um e outro, sempre estive interessado no fenômeno geral do «espaço público» que já surge com simples interações. As formas da integração social ficam explícitas nas estruturas dos espaços públicos. O tipo específico de integração em uma sociedade particular corresponde ao grau de sua complexidade? Ou os espaços públicos revelam os atributos patológicos, sejam eles da anomia ou da repressão? Nas sociedades modernas, um espaço social particular, denominado a esfera pública política de uma comunidade democrática, desempenha um papel especialmente importante na integração dos cidadãos. Para as sociedades complexas, pode ser habitual se manter coerentes apenas por meio da solidariedade cívica – a abstrata, legalmente mediada, forma de solidariedade entre os cidadãos. E entre os cidadãos que já não podem conhecer uns aos outros cara a cara, somente o processo da opinião pública e a formação do arbítrio pode funcionar para reproduzir uma frágil forma de identidade coletiva. Por esta razão, o estado crítico de uma democracia pode ser medido, averiguando a vida de sua esfera pública política (Habermas, 2004).

Nessas breves esclarecimentos, Habermas não delimita apenas o alcance da esfera pública, mas também acrescenta o adjetivo «política» para sublinhar a natureza das preocupações que nela se desenvolvem. Além disso, oferece, indireta, mas claramente, uma ambiciosa definição sobre a democracia, que ele vê como a solução para a necessidade de representação formal de uma sociedade, porém, também, como regime político em que há informação e deliberação suficientes para que os cidadãos opinem e influenciem sobre os assuntos públicos. O âmbito da esfera pública permite, então, que a coesão de uma sociedade derive, já não apenas da solidariedade entre aqueles que se reconhecem como parte de uma comunidade, mas, agora também, a partir da apropriação comum de

D

Internet como expressão e extensão do espaço público

informações, apreciações e valores que, em uma sociedade de massa, podem ser propagados somente pelos meios de comunicação.

A fortaleza ou não de uma sociedade dependerá, assim, da identidade coletiva que seus integrantes possam articular. E ela deve passar pelos meios de comunicação. O problema, como bem sabemos, está na parcialidade com a qual os meios propagam a realidade e, especificamente, os temas públicos em relação aos quais têm inclinações, interesses e, certamente, avaliações fragmentárias. Dominados por afãs corporativos e/ou estatais, os meios de comunicação tradicionais costumam assimilar o espaço público, mas de maneira tão interessada que nem sempre contribuem para colocar em ação a zona da esfera pública. A Internet reproduz em parte esses comportamentos, mas, além disso, oferece a eles diferentes tons e talvez resista a eles.

ABERTURA E DISPERSÃO, PARADOXOS DA REDE

Os *sites* da Internet que tratam de assuntos de interesse público são um recurso cada vez mais útil para fazer um diagnóstico da esfera pública. Entretanto, também, constituem um segmento indissociável dela mesma. Além da proliferação de informações e da abertura de uma quantidade praticamente infinita de *sites* para discussão dos mais diversos temas, a Internet pode ser reconhecida como zona privilegiada na demonstração e no reforço da esfera pública devido à sua arquitetura flexível e descentralizada.

Em contraste com os meios tradicionais que, na maioria de nossos países, estão submetidos a uma crescente concentração corporativa, a Internet não tem um centro nem obedece a um só interesse mercantil, político nem ideológico. Diferentemente dos outros meios, que são definidos pela capacidade de que alguns dirijam mensagens a muitos, a Rede pode ser interativa, embora esse seja um atributo que ainda não é intensamente utilizado. Enquanto a televisão, o rádio ou a imprensa são forçados a empregar linguagens audiovisuais, acústicas ou escritas que já conhecemos, a Internet mostra uma notória versatilidade de formatos e recursos comunicacionais.

Ao mesmo tempo, a ausência de hierarquias chegou a ser traduzida na falta de mecanismos para autenticar, organizar e depurar com critérios de qualidade os crescentes e abundantes conteúdos que há na Rede. Junto a suas capacidades democráticas, a Internet está se transformando em um ativo receptáculo de conteúdos que podem atrapalhar não apenas as buscas, mas, com frequência, a aptidão de cotejo, seleção e discernimento do mais paciente e experiente navegante do ciberespaço. Mais informação não necessariamente conduz ao melhor entendimento e, menos ainda, a uma maior reflexão por parte dos cidadãos das redes, especialmente quando essa informação está contaminada

por trivialidades e mentiras. Na contradição entre a abertura e a dispersão da Rede, estão tanto as vantagens quanto os impedimentos da Internet para fortalecer a esfera pública.

Se fosse necessário escolher entre as opções que com todas as suas contradições são oferecidas pela Internet e as desvantagens que isso significa para a democracia e para a cidadania, seguramente não ficaríamos com a Rede que temos agora. O reconhecimento de suas insuficiências e inclusive das perversões que ela pode significar para a democracia e para a cidadania, é relevante tanto para entendê-la como para tentar propiciar por meio dela práticas de maior e melhor utilidade social. No entanto, contrastes como os antes apontados levaram o próprio Habermas a conferir uma significação peculiar à ideia de esfera pública a partir do desenvolvimento da Rede.

Esse pensador não costuma fazer referência ao desempenho específico dos meios de comunicação e, até onde tenhamos notícia, suas reflexões não resvalaram de maneira explícita no exame da Rede. Por isso, a alusão a esse assunto, realizada por Habermas durante um discurso em março de 2006, chamou a atenção:

O uso da Internet ampliou e fragmentou, ao mesmo tempo, os contextos da comunicação. Deve-se a isso o fato de que a Internet possa ter um efeito subversivo na vida intelectual dentro de regimes autoritários. Mas, concomitantemente, a vinculação cada vez menos formal e a reticulação horizontal dos canais de comunicação debilita as conquistas dos meios tradicionais. Isto enfoca a atenção de um público anônimo e disperso em assuntos e em informação específicos, permitindo que os cidadãos concentrem-se nos mesmos temas criticamente filtrados e nos fragmentos jornalísticos em qualquer momento. O preço que pagamos pelo crescimento do igualitarismo oferecido pela Internet é o acesso descentralizado a histórias não editadas. Neste meio, as contribuições dos intelectuais perdem sua capacidade para enfocar um discurso (Habermas, 2006).

Com tais advertências, esse fundamental pensador ressalta algumas das contradições que puderam ser reconhecidas na tensa complementaridade que existe entre a Internet e os meios de comunicação convencionais. A dicotomia ampliação/ fragmentação que a Rede das redes exerce em relação ao consumo, e, inclusive, aos conteúdos de meios como a televisão e o rádio, é entendida no contexto de sua capacidade para ser um espaço de interações entre os usuários ou destinatários de tais mensagens. Essa «reticulação horizontal» que constitui a estrutura essencial da Internet é apresentada por Habermas como antagonica em relação ao caráter fundamentalmente vertical – autoritário por definição, destacado em outras ocasiões – dos meios convencionais. Porém, no

D

reconhecimento dessa característica, diferentemente de muitos autores que o ponderam como fonte de enriquecimento cultural, Habermas não chega a uma posição otimista. Ao contrário, ao lamentar a ausência de rigor com os conteúdos que circulam pela Rede, identifica nela um preocupante motivo para o empobrecimento da qualidade do debate na esfera pública de nossos dias. Os intelectuais que lançam ideias na Internet como se jogassem garrafas ao mar, nem sempre encontram receptores e menos ainda interlocutores para essas contribuições. A flexibilidade e seu caráter aberto, que são, em muitos sentidos, alguns dos melhores atributos da Internet, desse ponto de vista transformam-se em fatores de entorpecimento e empobrecimento da deliberação capaz de solidificar a esfera pública.

As prevenções que o filósofo alemão sugere nesse breve parágrafo devem ser levadas muito em conta, mas merecem algumas considerações. A abundância de conteúdos é, de fato, um risco de distorção e inclusive de dispersão no intercâmbio de conhecimentos e pontos de vista. Contudo, o problema fundamental não está nessa profusão de conteúdos que temos à disposição na Internet, mas na nossa dificuldade para discernir quais contribuem, ou não, para a reflexão criativa dos assuntos públicos.

CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES QUE LIMITAM A ESFERA PÚBLICA

A exuberância de imagens, textos e sons de todo tipo é atordoante. O espaço público que a Internet significa torna-se, dominado por tal excesso, em uma variedade de enorme mercado onde todos os comerciantes gritam e inclusive negociam com o possível comprador de acordo com seu interesse. O cibernauta, desse ponto de vista, não é considerado cidadão, mas simples consumidor. Porém, na Rede há também espaços que induzem ao diálogo, promovem a interação e, inclusive, de maneira explícita, abordam, documentam e enriquecem a reflexão sobre temas da maior relevância para nossas sociedades. Ali há estrondoso espaço público, mas também, junto com ele, há lugar para um exercício interado e racional, que talvez seja capaz de articular a esfera pública.

A diferença em relação a outras formas da esfera pública está no já mencionado caráter aberto da Internet. A Rede tem capacidade para, precisamente, irradiar a discussão de assuntos públicos sem distinções de enfoques ideológicos, bandeiras políticas, fronteiras geográficas – uma vez resolvidas as limitações de conexão e alfabetização digital – além de barreiras sociais e materiais. O debate que nas áreas tradicionais da esfera pública fica restrito à imprensa escrita, ou a zonas do intercâmbio parlamentar ou acadêmico, pode ser acessível a todos os interessados. Além disso, essa organização reticular permite um exercício de

comunicação horizontal, no qual as hierarquias nunca deixam de existir, mas são permeadas pela oportunidade que todos têm para opinar, refutar e oferecer novos elementos de discussão. Se a esfera pública é elemento indispensável para uma cabal democracia, a Internet contribui para ela não apenas como espaço para a deliberação, mas também, além disso, com uma arquitetura que por si mesma – embora nem sempre seja utilizada com tal propósito – propicia o intercâmbio entre iguais.

Os espaços para que a Rede cumpra com tais funções já estão aí ou podem ser criados sem dificuldades significativas. O problema reside em que, ao utilizar a Internet, os cidadãos se reconheçam como tais ou, dito de outra forma, em que a aproveitem para compartilhar fatos, opiniões e ações comuns em assuntos relevantes para a vida pública. O professor chileno José Ignacio Porras considera, nesse sentido, que há uma relação de influência mútua entre a solidez de uma esfera pública capaz de propiciar usos racionais e politicamente frutíferos da rede e o desenvolvimento da própria Internet como componente dessa esfera pública. A extensa citação que fazemos desse pesquisador justifica-se devido à precisão de sua análise:

O último obstáculo que se interpõe ao pleno desenvolvimento do potencial da Internet como ferramenta para a melhoria da democracia é, sem dúvida, o mais complexo e difícil de superar. Referimo-nos à pré-existência de um desenvolvimento maduro de uma esfera pública. Por tal desenvolvimento entende-se o espaço no qual os cidadãos debatem livremente os temas que afetam seu bem-estar comum, põe em questão a atuação das autoridades do governo e, como parte deste processo deliberativo recorrente, tomam forma os valores cívicos que guiam sua conduta. É possível distinguir algumas condições que diferenciariam o que podemos entender como um tipo ideal de esfera pública. A primeira destas condições seria a convicção entre os cidadãos de que existe uma relação direta entre sua participação na esfera pública e o desenvolvimento de seu bem-estar particular. Para isso, é preciso gerar entre os cidadãos uma expectativa racional de que por meio do exercício deliberativo poderão incidir nas decisões de seus governantes. Em segundo lugar, o desenvolvimento de uma esfera pública depende, também, de que exista entre todos os seus participantes um sentimento de pertencimento a uma comunidade. Tais sentimentos têm raízes nas experiências compartilhadas, passadas e presentes, pelas pessoas, de mútua necessidade e obrigação recíproca, que surgem no contexto de múltiplas atividades em comum e nas interações de caráter econômico, social, político e cultural. É este sentimento que dá disposição aos cidadãos para vincular seus interesses particulares ao bem público de sua comunidade. Por último, o desenvolvimento ideal de esfera

D

Internet como expressão e extensão do espaço público

pública requer a adoção, por parte dos cidadãos, de certas disposições que não se referem somente à aceitação formal e explícita das regras do jogo que estruturam o exercício deliberativo na esfera pública, mas do desenvolvimento de hábitos como a tolerância com os demais, a resistência ao abuso de poder ou a responsabilidade sobre as consequências de tomadas de decisão falíveis (Porras, 2005: 108-109).

Não entramos nisso para discutir se a esfera pública pode ter distintas gradações, ou seja, se podemos falar de um estágio de imaturidade e, por outro, de momentos de maior responsabilidade e discernimento na discussão dos cidadãos, como sugere Porras. A outra opção seria que unicamente poderíamos falar dela em circunstâncias de pleno raciocínio na deliberação pública, o que, com toda certeza, nos obrigaria a considerar que nas sociedades contemporâneas, tão suscetíveis como são ao ofuscamento, à gritaria e aos falatórios – e não nos referimos apenas ao grosso dos cidadãos, mas inclusive à classe política, aos operadores de mídia e aos intelectuais –, a esfera pública é um plano inexistente. Porras faz alusão a um «tipo ideal» de esfera pública que seria útil para a análise do que não são os espaços de discussão e intercâmbio em nossas sociedades. Porém, a descrição que faz dela inclui características sem as quais não só é impossível falar de uma esfera pública prototípica como de qualquer deliberação digna desse nome: em que seus participantes tenham confiança na utilidade desse intercâmbio e se reconheçam como parte de uma comunidade, em que o que é dito ali influencie nas decisões do poder, em que se respeitem, se reconheçam e se tolerem. Essas, que são pautas de qualquer discussão frutífera, encontram-se notavelmente escassas tanto nos espaços tradicionais por onde teria que transitar a edificação da esfera pública – o Congresso, os meios, as universidades – como nas áreas em recente expansão como, especialmente, a Internet.

O CIBERESPAÇO É A ATIVIDADE SOCIAL DE QUEM O FREQUENTA

A Internet propaga e reorganiza conteúdos dos meios convencionais e engendra os seus próprios. A capacidade de armazenamento e distribuição proporcionada pelo amálgama da digitalização com as telecomunicações transformou a Internet no reservatório de conteúdos mais extenso, acessível e disperso que jamais havia existido. Mas sua importância não reside nos recursos tecnológicos que possibilitam o enlace e a manutenção dessa infinita teia de conexões e intercâmbios. Se nos provoca e deslumbra é, fundamentalmente, devido aos amplos e versáteis usos sociais que a Internet suscita. Nas palavras do especialista Joan Mayans:

O ciberespaço não é uma rede de computadores, mas o resultado da atividade social dos usuários e usuárias dos computadores conectados entre si espalhados – desigualmente, isso sim – por todo o mundo. Portanto, o ciberespaço é sociedade e não pode ser outra coisa que não sociedade (Mayans, 2003).

A sociabilidade é inerente à Internet. Esse traço, que Mayans explica com tanta clareza, constitui talvez o elemento principal que faz da Rede uma das áreas indispensáveis no espaço público, mas além disso, na construção da esfera pública contemporânea. Obviamente, todos os meios e espaços de comunicação são indispensáveis não unicamente por seus dispositivos tecnológicos, mas pelas consequências que essa capacidade de propagação de mensagens significa em relação à sociedade. Seria difícil, ou mesmo impossível, entender cabalmente o rádio sem seus ouvintes ou a imprensa sem os leitores que lhe dão sentido. Porém, no caso da Rede ou do ciberespaço, para empregar os termos que o autor anteriormente citado resgata, estamos diante de uma coleção de áreas de expressão e intercâmbio que simplesmente não teriam sentido algum sem a interação de seus usuários.

Hipoteticamente, a televisão ou os jornais diários poderiam existir sem telespectadores ou leitores. Entretanto, a Internet não é um meio – ou meio dos meios como consideram alguns – no qual as mensagens sejam geradas a partir de emissores tão concentrados que não exijam necessariamente receptores. Mais ainda, a noção convencional que nos esquemas midiáticos tradicionais distingue emissores e receptores, na Rede tende a ficar corrompida porque, como lembramos antes, cada receptor, ao menos hipoteticamente, está em condições de ser também emissor.

O ciberespaço é sociedade, diz esse autor catalão, e a fórmula não poderia ser mais contundente. No território ou nos territórios criados pelas redes informáticas são produzidas relações ao estilo das que existem no mundo *off-line* – no mundo não-virtual, dizem alguns – mas, além disso, surgem formas de relação entre as pessoas que criam novos estilos de sociabilidade.

Essa mescla de formas de relações tradicionais e novas se desdobra juntamente com os novos recursos tecnológicos. Os usos da Rede se estendem com uma rapidez e, sobretudo, com uma versatilidade que costumam deixar para trás aqueles que se encarregam de analisá-los e de entendê-los. O perfil da Internet como área necessária do espaço público é advertido em pelo menos três grandes temas: sua função como intermediária entre o poder político e os cidadãos, o desenvolvimento de áreas virtuais que reproduzem e criam novas formas de socialização e os recursos oferecidos para que as pessoas se apropriem dos mais variados conteúdos, para que suas próprias criações sejam difundidas.

INFORMAÇÃO PÚBLICA E INTERAÇÃO ENTRE CIDADÃOS E INSTITUIÇÕES

Na Internet contamos com mais informação do que nunca e como em nenhuma outra parte. Além das novas exigências em matéria de catalogação, discernimento e busca que requer essa proliferação incessante de mensagens, dados e interpretações, não resta dúvida que graças à Rede temos arquivos de dados que são propagados e atualizados com uma rapidez e um alcance até agora inéditos.

No seu abastecimento de informação há cada vez mais dependência da administração pública, dos Congressos e de outras instituições estatais. Para todas elas é necessário não apenas ter presença na Internet, mas sobretudo, dispor parte de seus arquivos aos interessados. O que nem sempre aceitam de boa vontade ou de maneira plena: as reticências ao divulgar documentos e informações oficiais transformaram-se em uma nova fonte de tensão entre o poder político e os cidadãos. Contudo, a nova demanda de informação pública tende a obrigar essas instituições a serem escrupulosas com os dados divulgados na Rede. E, sobretudo, a vida interna de tais instituições fica, ao menos parcialmente, exposta àqueles que se interessam por ela.

A possibilidade de consultar atas judiciais, normas governamentais, estatísticas oficiais, registros dos debates parlamentares ou as publicações dos partidos políticos significa uma forma de abertura sobre cuja relevância talvez não tenhamos refletido o suficiente. Instituições que, por tradição e frequentemente por determinação, haviam permanecido distantes da sociedade, logo contam com endereços na Rede para que as pessoas conheçam seu desempenho. Isso não torna mais legítimo nem mais plausível o trabalho que realizam, mas em todo caso, o deixa menos opaco.

As rotinas, exigências e novas necessidades daqueles que, graças à Rede, tornam-se usuários da informação que essas instituições fornecem e, eventualmente, em seus interlocutores, tendem a criar novas pautas no trabalho das instituições estatais. Segundo Lins Ribeiro,

Para entrar no ciberespaço, é necessário possuir um computador, linha telefônica e ter acesso a um servidor pago ou gratuito, o que torna os habitantes do espaço-público-virtual uma elite. Diante disto, talvez seja melhor definir o ciberespaço como uma «esfera-pública-virtual» (e não como um espaço-público-virtual), destinada ao encontro de uma nova elite transnacional, uma perspectiva que, de diversas formas, está embutida na minha concepção de comunidade transnacional imaginada-virtual. No ciberespaço vai sendo configurada uma elite com outra experiência de tempo e de espaço, vinculada à administração de uma maioria ainda quase totalmente presa aos parâmetros existentes no mundo real (Lins Ribeiro, 2005: 14).

Os organismos de transparência da informação pública que estão surgindo cada vez em mais países – como, no México, o Instituto Federal de Acesso à Informação – têm na Internet um dos principais ou o mais importante dos mecanismos para que os cidadãos solicitem e obtenham dados e documentos da administração governamental. As possibilidades de fazer consultas a qualquer momento e de qualquer lugar representa, pelo menos nesse campo, uma des-territorialização na relação entre cidadãos e entidades estatais. O mesmo ocorre no uso dos distintos serviços (trâmites, informação, orientação etc.) oferecidos pelo governo eletrônico. O fato de utilizar a Rede para se vincular aos cidadãos não garante a democratização do governo nem de suas decisões, mas constitui uma nova forma de relação entre uns e outros.

Além das instituições estatais, também as de caráter social podem encontrar espaços de expressão e relação com seu entorno na Rede. Muitas delas costumam ter presença pública escassa e/ou uma vida interna excessivamente fechada em si mesmas. É comum, por exemplo, que os sindicatos não informem sobre suas atividades, posições e inquietudes a não ser entre seus próprios filiados e, às vezes, nem sequer isso. As agremiações profissionais, instituições educativas e congregações religiosas, entre muitos outros organismos, podem ter na Rede espaços para afiançar sua própria identidade entre seus membros, mas além disso, para serem reconhecidas pelo resto da sociedade como integrantes ativas dela. À medida que as atas de assembleias sindicais, os documentos discutidos por grupos de médicos, advogados ou contadores, os planos de estudos das escolas, ou inclusive os sermões eclesiásticos são disponibilizados *on-line*, os cidadãos interessados neles, sejam membros ou não desses grupos, contam com vias para acessar estas até agora herméticas agremiações. A Rede pode ser uma vitrine adequada para que as organizações e instituições não governamentais divulguem suas palavras e ações, mas também um indispensável recurso para que a sociedade as examine.

Na construção de pontes entre instituições e cidadãos, a Rede é um veículo para expor preocupações, solicitações e iniciativas da sociedade. Ali se encontra um campo vasto de interação e, também, de contraste e competência que pode assumir características expressamente políticas. Para o poder político e as organizações sociais, a Internet constitui um inesgotável espaço no qual podem ser reconhecidas as opiniões dos cidadãos. Para estes, é importante preservar o caráter aberto da Rede como território de manifestação sem restrições. O especialista espanhol David Casacuberta explica essa relevância do ponto de vista da crítica com tendência política de esquerda:

D

Internet como expressão e extensão do espaço público

Por mais virtual que seja, a Internet é também um espaço, e é preciso garantir que seja o mais público possível. Em primeiro lugar, da perspectiva do acesso, que deve ser realmente universal. Mas também é necessário garantir um desenvolvimento livre e sem restrições das iniciativas cidadãs. Da mesma forma que uma prefeitura realmente progressista não acredita que a rua seja sua, e que fomenta as atividades culturais, artísticas e políticas sem nunca tentar dirigi-las, o mesmo deve acontecer na Rede. Diante das políticas dirigistas de «autoapontar feitos» e tentar vampirizar iniciativas espontâneas de cidadãos, a terceira esquerda deve financiar e colaborar com quantas iniciativas surgirem e potencializá-las. Porém sua missão não é dirigir ideologicamente essas propostas, mas canalizá-las e assegurar-se simplesmente de que sejam desenvolvidas sob uma perspectiva de liberdade, diversidade e solidariedade (Casacubieta, 2004).

A Rede, dessa maneira, é a área de interações com instituições tanto estatais quanto sociais e chega a constituir um novo espaço de disputa política. Nela, solucionam-se ou, ao menos, se amenizam os litígios mais variados, incluindo, com destaque, aqueles que tratam de temas de interesse público. Além disso, a própria rede é motivo de cobiça e afãs patrimonialistas tanto por parte do poder político quanto de organizações que se autointitulam como representantes do interesse da sociedade. A disputa pelo controle da Internet vai desde os esforços para monitorar e censurar conteúdos de naturezas diversas, até as divergências em torno das políticas para ampliar ou não o acesso e a promoção de conteúdos de interesse público.

NOVAS FRONTEIRAS ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO

A interação na Rede imita as formas de relação sociais e pessoais que já existem *off-line* e, além disso, promove o surgimento de outras novas. Aos meios de comunicação tradicionais são oferecidos recursos para conhecer a opinião de pelo menos alguns segmentos de suas audiências (os mais ativos quando, obviamente, contam com acesso à Internet) por meio de seus *websites* ou do correio eletrônico. Essas formas de retroalimentação contrastam, embora de forma modesta, com a proverbial unilateralidade dos meios convencionais. As audiências deixam de ser entidades nebulosas e inatingíveis para se transformarem, ao menos parcialmente, em leitores, telespectadores ou rádio-ouvintes com nomes, inquietudes e sobrenomes muito concretos.

Por outro lado, espaços como as salas de *chat*, ou o intercâmbio por meio de dispositivos de encontro sincrônicos como o *Messenger*, propiciaram o desenvolvimento de formas de intercâmbio, códigos e normas de relação e inclusive linguagens distintas das existentes até agora. Tanto em grupos amplos como

no trato pessoal, tais áreas da Rede oferecem possibilidades de encontro onde a irrelevância que adquirem as distâncias geográficas e, em alguns casos, a dissipação das identidades individuais, são motivo para que sejam desenvolvidas relações que não existiriam se não por esses recursos e espaços.

A socialização nesses espaços não necessariamente substitui a que existe fora dele. Os internautas que cultivam redes de relação com outros usuários da Rede, longe de se isolarem das comunidades sociais às quais pertenciam, costumam reforçar suas presenças nelas e fazer intercâmbios mais intensos. “A Internet respalda as redes sociais”, concluiu em 2006 um estudo do *Pew Internet and American Life Project* conduzido por especialistas como Jeffrey Boase e Barry Wellman (2006). De fato, grande parte do uso dos espaços de *chat*, assim como das páginas pessoais em *sites* como *MySpace* e *Facebook* – que adquiriram grande popularidade entre os jovens nos Estados Unidos e em outros países – se dedicam ao reforço, no ciberespaço, das relações de amizade que seus usuários já têm *off-line*. No final de 2006, o *MySpace* reunia mais de 110 milhões de perfis, a maior parte de jovens que utilizam esse recurso para compartilhar inquietudes com seus amigos, e estimava-se que a cada dia esse serviço recebia mais 230 mil membros (Andrews, 2006). Ali se reafirmam relações pessoais previamente existentes e se estabelecem outras novas, com pessoas que esses cibernautas ainda não conheceram e talvez nunca conhecerão pessoalmente. As modalidades que os intercâmbios afetivos adquirem nos espaços informáticos constituem novos desafios para o estudo das relações sociais e pessoais.

Em outro plano, o uso da Rede também torna possível a socialização «cara a cara» entre aqueles que recorrem a *sites* públicos para, em primeiro lugar, se conectarem à Internet. Os *cibercafés* são espaços ao mesmo tempo públicos e privados. A partir daí, são criadas e reproduzidas relações sociais no ciberespaço, mas, além disso, aqueles que o frequentam podem se relacionar entre si. “Cada um a seu modo, compartilhando um espaço comum”, diz a estudiosa espanhola Mercé Ribas Tur (2004: 4) sobre essa duplicidade de territórios e formas de relação:

Nos *cibercafés* nos encontramos em um espaço público onde ocorrem interações sociais que são majoritariamente *online*, gente que envia mensagens ou que conversa nas salas de *chat*. Estas pessoas estão socializando, estão criando interações e o fazem a partir de um lugar público, mas a partir de um anonimato e uma privacidade e sem interação *offline* com os demais usuários... A rotina do público e do privado se rompe no momento em que os usuários que não se conhecem começam a falar entre eles.

D

Internet como expressão e extensão do espaço público

O surgimento de novas fronteiras entre o público e o privado, ao mesmo tempo em que o desvanecimento das que já existem, constitui outro dos grandes temas no reconhecimento da Rede como coleção de áreas fundamentais no exercício do espaço público contemporâneo. Por um lado, a vulnerabilidade dos sistemas de junção e codificação de dados pessoais permite que a informação privada chegue a ser do conhecimento público, às vezes, por abuso de alguns e, em ocasiões, simplesmente por descuido dos usuários da Rede. O consentimento para que fiquem depositados esses pequenos arquivos informáticos denominados *cookies*, onde são registradas nossas andanças pelo ciberespaço, nos navegadores com os quais acessamos a *World Wide Web*, permite que esses acessos sejam sondados sem que tenhamos consciência disso. A facilidade com que nosso correio eletrônico se torna conhecido, por quem envia mensagens de *spam*, é outra face da vulnerabilidade que o usuário experimenta quando está em contato com a Rede.

Por outro lado, a tensão está entre o caráter comercial e o aberto da Internet, onde há *sites* aos quais é preciso pagar para ter livre acesso; contudo, a grande maioria continua e continuará sendo de gratuitos. Em alguns *sites*, os usuários podem decidir se qualquer um pode ter acesso ao conteúdo que disponibilizam ou somente aqueles com os quais compartilhem a senha necessária para abrir um arquivo. E, sobretudo, a possibilidade de intercâmbio franco e espontâneo permitiu que na Rede estejam, disponíveis à curiosidade de quem quiser conhecê-los, conteúdos de natureza inicialmente privada.

Com diversos formatos e protocolos, popularizaram-se recursos informáticos que, mesmo com a existência deles, propagam características, momentos ou dados próprios da vida privada das pessoas. As *webcams* ou câmeras de vídeo conectadas à Rede, que registram em tempo real o que ocorre em locais públicos – por exemplo, as câmeras montadas em várias esquinas da Times Square em Manhattan e cujas imagens podemos ver em nosso computador pessoal – transmitem cenas registradas na rua ou em recintos não privados. As *webcams* montadas no computador daqueles que querem mostrar por meio delas suas atividades privadas são, por sua vez, instrumentos para expor ao público a intimidade pessoal.

A esses usos do registro em tempo sincrônico – nos quais vemos cenas em tempo real – acrescentou-se o, agora muito conhecido, uso do vídeo *on-line* para divulgar as cenas mais variadas. O sucesso significativo do *YouTube*, que permite colocar *on-line* vídeos caseiros e/ou de aficionados, aproveita o fascínio que sempre nos desperta a contemplação de assuntos alheios e o conhecimento das circunstâncias mais absurdas. Criado em fevereiro de 2005 por dois jovens com pouco capital, o *YouTube* foi vendido 21 meses depois ao grupo *Google* por 1,65 bilhão de dólares (Cloud, 2006).

Os usos que milhões de usuários e visitantes fizeram do *YouTube* e de outros *sites* similares são tão versáteis e inovadores que ainda deverão ser estudados. A exibição de cenas privadas, que por si só despertariam pouco interesse, mas que logo são assistidas por multidões de cibernautas, constitui uma das práticas que determinaram o surgimento, mesmo que com veloz desaparecimento, de extravagantes ou insólitos personagens. O caráter privado desses conteúdos (que na maioria dos casos são absolutamente triviais e não têm conotações alarmantes nem escandalosas) é abolido pela superexposição à qual são expostos na rede. Em outros casos, o *YouTube* e similares divulgam vídeos de intenção política: mensagens de grupos de ativistas das mais diversas causas, registro de incidentes em processos eleitorais, reprodução de *spots* de campanhas, paródias de personagens e temas dessa natureza.

BLOGS, YOU TUBE, IPOD FACILITAM A APROPRIAÇÃO DE CONTEÚDOS

Os *blogs* - esses arquivos abertos onde é possível colocar *on-line*, e de maneira muito simples, tanto texto quanto imagens e vídeos - diminuem, como nenhum outro recurso, a barreira entre o público e o privado. Assentados fundamentalmente na expressão escrita, os *blogs* exigem que seus autores e leitores pratiquem a leitura e, em muitos casos, constituem, muito possivelmente, a fonte de informação textual mais abundante da qual se aproximam seus usuários.

Ao término de 2008, havia mais de 133 milhões de *blogs* que mostravam conteúdos dos mais diversos temas⁴. Sobre esse recurso de comunicação e interação, em outro *site* (Trejo Delarbre, 2007), comentamos que seu caráter de diários abertos propiciou que a maioria desses *blogs* seja dedicada a relatar vicissitudes e reflexões pessoais de quem os colocar *on-line*. É preciso certo desprendimento, mas sobretudo, um intenso afã expressivo para disponibilizar nessa coleção infinita de janelas que é a Internet, a narração de assuntos extremamente pessoais (amizades, inquietudes, contrariedades, anseios, sonhos etc.) que são divulgados por milhões de blogueiros, sobretudo jovens, que povoam a Rede com seus diários íntimos. O espaço público do qual faz parte a Internet enche-se de temas privados em virtude desse desnudamento emocional - e de repente também corporal - que praticam os autores de tais diários abertos. A blogosfera, diz o venezuelano Sebastián Delmont, “não é mais que a democratização do ego” (Rodríguez apud Delmont, 2005).

Outros recursos permitem a colocação de imagens *on-line*, sejam elas em movimento como acontece no *YouTube* ou fixas como no *Flickr*, onde é possível manter álbuns de fotografias abertos à visitação de todos, ou reservados unicamente a nossos amigos e familiares. Ali se manifesta outro entrecruzamento

4. Technorati é o maior e mais popular agregador de blogs da internet, além de informar as tendências ditadas por blogueiros do mundo inteiro. O Technorati foi um dos pioneiros na web a utilizar a folksonomia, ou seja, a indexação de conteúdo por meio de tags (etiquetas), um sistema inovador de evidenciar o conteúdo de acordo com sua relevância. N.E.

D

Internet como expressão e extensão do espaço público

tanto entre os assuntos privados e públicos como entre a abertura e o hermetismo na Rede. Porém também exercita, nesses sites, a possibilidade de que cada usuário, sem ser profissional da elaboração ou distribuição de mensagens, possa reunir e divulgar seus próprios conteúdos.

A utilização de telefones celulares para tirar fotografias e depois a oportunidade para colocá-las na Rede, fazem parte dos novíssimos recursos que permitem aos usuários comuns uma crescente apropriação dos conteúdos *on* e *off-line*. Quando são registradas em formato digital e graças às interfaces que possibilitam sincronizar o computador com dispositivos portáteis como o telefone celular, a câmera de fotos ou a agenda eletrônica, as imagens são colocadas em álbuns, *blogs* ou páginas *web*. Quem acessa essas imagens, e o mesmo ocorre com os textos que às vezes as acompanham, pode classificá-las de acordo com suas próprias preferências. A catalogação por «etiquetas» que os usuários colocam e que outros podem ratificar ou não, transformou-se em um recurso adicional para que as pessoas façam seus os conteúdos da e na Rede.

Tais conteúdos podem ser localizados na Internet, mas não necessariamente permanecem apenas ali. Graças aos dispositivos portáteis que armazenam e permitem mostrar ou reproduzir arquivos digitais, as pessoas podem levar consigo seus documentos, *e-mails*, fotografias, sons ou vídeos. O *Ipod* e outros equipamentos de armazenamento em formato digital com os quais, de acordo com a capacidade do pequeno disco rígido de cada dispositivo, é possível acumular milhares de músicas e, mais recentemente centenas de vídeos segundo a preferência de cada um, transformaram-se em instrumentos notavelmente úteis para a apropriação individual dos conteúdos audiovisuais. Graças a eles, os usuários estabelecem ritmos, tempos e modalidades em seu consumo cultural.

Além da possibilidade de baixar a música e outros conteúdos que cada um grava e armazena em seu computador, o *Ipod* e dispositivos similares permitem o intercâmbio horizontal dos arquivos digitais. O usuário, se assim o desejar, pode compartilhar com outros suas gravações, ou arquivos em outros formatos, seja em espaços habilitados para isso na Internet ou de maneira direta no *Ipod*, no PDA ou no telefone celular de seus amigos. Essa proliferação de recursos para adquirir e compartilhar conteúdos digitais abre novos desafios em áreas como o direito autoral, mas significa, antes de mais nada, novas formas de democratização do consumo cultural e, obviamente, recursos inéditos de apropriação desses conteúdos por parte das pessoas.

Os usuários de tais dispositivos, articulados em torno da Rede, podem ser, além de tudo, produtores de suas próprias mensagens de caráter multimídia. A criação de *podcasts*, que são arquivos digitais em áudio e/ou vídeo colocados na Internet para que os interessados possam baixá-los em dispositivos portáteis

como o *IPod*, está abrindo opções até agora desconhecidas tanto para a expressão de e entre as pessoas como para a socialização desses conteúdos.

Todos esses espaços, recursos e novos costumes na comunicação pessoal, mas também entre os indivíduos e as audiências de massa, estão remodelando o espaço público e, em menor, mas já constatável medida, começam a redefinir também a esfera pública. Nem um, nem outro, poderiam ser entendidos nem desenvolvidos, hoje em dia, sem a existência da Internet. Porém a amplitude e a abertura da Rede das redes não bastam por si só para civilizar o uso do espaço público, nem para tornar mais racional a deliberação na esfera pública.

A Rede é de quem a aproveita e até agora foi utilizada de maneiras muito imaginativas, mas não necessariamente para intensificar o intercâmbio racional que seria capaz de ampliar e solidificar a esfera pública. De qualquer modo, o entusiasmo de seus usuários mais criativos, a vontade e a oportunidade que têm para se expressar, o caráter acessível e livre que significa para a expressão de preocupações das mais variadas naturezas, permitem reconhecer a Internet como componente essencial do espaço público. No meio desse oceano de falas - interesses, mensagens e espelhos - é possível encontrar expressões como as de Prasanthi Uppalapati, a moça hindu que, em busca de uma família global, escreve cômicos e iludidos versos à Rede. ■

REFERÊNCIAS

- ANDREWS, Michelle (2006). Decoding MySpace. *U.S. News & World Report*. September 18.
- CLOUD, John (2006). The YouTube Gurus. *Time Magazine*, December 25.
- PAPACHARISSI, Zizi (2002). The virtual sphere. The internet as a public sphere. *New Media & Society*. Vol. 4-1, Sage Publications, March.
- PORRAS, José Ignacio (2005). Internet y las Nuevas Oportunidades para la Deliberación Pública en los Espacios Locales. *Nueva Sociedad* 195, enero-febrero.
- TREJO DELARBRE, Raúl (2007). Blogs, la democratización del ego. *Nexos*, México, janeiro.

Endereços eletrônicos

<<http://www.authorsden.com/visit/viewPoetry.asp?id=10701&AuthorID=7336>>.

Acesso em: 22 abr. 2009.

<<http://groups.yahoo.com/group/tomakeadifference/>>. Acesso em 22 de abr. 2009

Internet World Stats. Disponível em: <<http://www.internetworldstats.com/stats.htm>>.

Acesso em: 22 abr. 2009.

Uppalapati Lakshmi Prasanthi, biografia. Em *Author's Den.com*: <<http://www.authorsden.com/visit/author.asp?AuthorID=7336>>. Acesso em: 22 abr. 2009.

D

Internet como expressão e extensão do espaço público

- BOASE, Jeffrey et al (2006). The Strength of Internet Ties. The internet and email aid users in maintaining their social networks and provide pathways to help when people face big decisions. *Pew Internet & American Life Project*, January 25. Disponível em: <www.pewinternet.org>. Acesso em: 22 abr. 2009.
- CAMP, Jean, CHIEN, Y. T. (2000) The internet as public space: concepts, issues, and implications in public policy. *ACM SIGCAS Computers and Society*, v.30 n.3, p.13-19, September. Disponível em: <<http://portal.acm.org/citation.cfm?doid=572241.572244>>. Acesso em 22 abr. 2009.
- CASACUBERTA, David (2004). Internet y la tercera izquierda. *Ediciones Simbióticas*, 4 de novembro. <<http://www.edicionessimbioticas.info/spip.php?article122>>. Acesso em: 22 abr. 2009.
- HABERMAS, Jürgen (2004). *Public space and political public sphere – the biographical roots of two motifs in my thought*. Commemorative Lecture, Kyoto Nov. 11. Disponível em *Habermas Links*: <http://homepage.mac.com/gedavis/JH/Kyoto_lecture_Nov_2004.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2009.
- _____ (2006). *Towards a United States of Europe*. <<http://www.signandsight.com/features/676.html>>, Acesso em: 22 abr. 2009.
- LINS RIBEIRO, Gustavo (2005). El espacio público virtual. *Ediciones Simbióticas*, abril. Disponível em: <http://www.edicionessimbioticas.info/IMG/pdf/espacio_publico_virtual.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2009.
- MAYANS I PLANELLS, Joan (2003). El ciberespacio, un nuevo espacio público para el desarrollo de la identidad local. Conferência inaugural do III Encontro de Telecentros e Redes de Telecentros, Peñafiel, Valladolid. Disponível em: Observatorio para la CiberSociedad: <<http://www.cibersociedad.net/archivo/articulo.php?art=158>>. Acesso em: 22 abr. 2009.
- RODRÍGUEZ, María del Mar. To blog or not to blog: cada cinco segundos nace un blogger. Disponível em: <http://www.clarin.com/diario/2005/05/03/conexiones/t-968776.htm>. Acesso em: 22 abr. 2009.
- TECHNORATI, State of the Blogosphere / 2008. Disponível em: <<http://www.technorati.com/blogging/state-of-the-blogosphere>>. Acesso em: 22 abr. 2009.
- TUR, Mercè Ribas. Interacciones off/on en un entorno off/on: el caso de los cibercafés. Disponível em: <www.cibersociedad.net/public/documents/51_elh8.doc>. Acesso em: 22 abr. 2009.

Traduzido por **BARTIRA COSTA NEVES** e revisado por **ÓSCAR CURROS M.**

Artigo recebido em 6 de novembro de 2008 e aprovado em 5 de fevereiro de 2009.